

A. I. Nº - 217445.0702/12-0
AUTUADO - ANDRADE INDÚSTRIA E MINERAÇÃO LTDA.
AUTUANTES - JOAQUIM NETO DE OLIVEIRA
ORIGEM - INFAZ ITABUNA
INTERNET - 06.03.2013

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0019-02/13

EMENTA: ICMS. 1. LIVROS FISCAIS. DIVERGÊNCIA ENTRE OS DOCUMENTOS FISCAIS E OS LANÇAMENTOS NOS LIVROS FISCAIS PRÓPRIOS. a) RECOLHIMENTO DO IMPOSTO EFETUADO A MENOS. b) IMPOSTO NÃO RECOLHIDO. Da análise dos documentos acostados ao Processo Administrativo Fiscal - PAF, pelo impugnante, às fls. 42/45 e 52/85, restou comprovado que não subsiste qualquer valor de ICMS decorrente do presente lançamento tributário, pela devida comprovação e correção dos pagamentos efetuados tempestivamente, antes do início do procedimento fiscalizatório. Infrações elididas. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

No auto de infração lavrado em 26/06/2012, foi efetuado lançamento ICMS no valor total de R\$7.177,63, nas infrações a seguir relacionadas:

01 - Recolheu a menos o ICMS em decorrência de desencontro entre os valores do imposto recolhido e o escriturado no Registro de Apuração do ICMS no mês de janeiro de 2011, no valor total de R\$4.924,74.

02 - Deixou de recolher o ICMS nos prazos regulamentares referentes às operações escrituradas nos livros fiscais próprios, em fevereiro de 2011, no valor total de R\$2.252,89.

O autuado apresentou peça impugnatória ao presente lançamento de ofício às fls. 38/40, com os seguintes argumentos defensivos:

Que na infração 01, a empresa recolheu antecipadamente e legalmente o ICMS no ato da emissão dos DANFES, uma vez que se reporta a uma mercadoria só possível de ser transportada com o devido recolhimento antecipado, anexando cópias dos documentos fiscais, inclusive os comprovantes de pagamento, não havendo diferença a recolher. Aduz que na infração 02, o mesmo sucedeu, e anexa cópias dos documentos relativos às operações e dos respectivos comprovantes de pagamento (DAE).

O autuante, às fls. 88/90, em sede de informação fiscal, diz que evidentemente assiste razão à autuada pelo equívoco cometido durante o procedimento de fiscalização, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

Que após a análise da impugnação, bem como dos documentos apresentados, constatou que os valores aqui lançados estão todos devidamente quitados e registrados no sistema de arrecadação da SEFAZ. Que assim posto, tendo em vista o princípio da verdade material, pede que o douto Conselho de Fazenda acate a impugnação ao lançamento, e em consequência, que o presente auto seja julgado **IMPROCEDENTE**.

VOTO

O impugnante fundamenta sua defesa no fato do lançamento se reportar a operações em que houve o regular e tempestivo pagamento dos valores, no ato de emissão dos DANFES, por motivo de antecipação tributária incidente nas operações das mercadorias que foram comercializadas,

anexando documentos comprobatórios do pagamento. O autuante acata as alegações defensivas e pede pela improcedência do lançamento.

De fato, analisando-se os documentos acostados ao Processo Administrativo Fiscal - PAF, pelo impugnante, às fls. 42/45 e 52/85, constata-se que não subsiste qualquer valor de ICMS decorrente do presente lançamento tributário, pela devida comprovação e correção dos pagamentos efetuados tempestivamente, antes do início do procedimento fiscalizatório. Infração elidida.

Do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do auto de infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, o Auto de Infração nº **217445.0702/12-0** lavrado contra **ANDRADE INDÚSTRIA E MINERAÇÃO LTDA..**

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de fevereiro de 2013

JOSÉ CARLOS BACELAR - PRESIDENTE

ILDEMAR JOSÉ LANDIN - RELATOR

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO - JULGADOR